

‘Boa Londres é esta’¹ : em torno das revoltas populares de 1381 e 1383

“(…) o quadro das outras revoluções europeias do tempo verificou-se em Portugal também (...). Foi mais um exemplo clássico da crise social e económica dos fins do século XIV. Uma vez mais, a falta de monografias comparadas (...) impede toda e qualquer explicação frutuosa e seguramente interpretativa.” (A. H. de Oliveira Marques 1974: I, 188).

Um dos fenómenos com que o especialista ou simples interessado na Baixa Idade Média europeia mais frequentemente se depara é, sem dúvida, a caracterização desse século XIV que a voz abalizada de Duby crismaria de “viragem” (Duby 1989: 173) como marcado pela instabilidade, precaridade e incerteza próprias de todo um mundo composto de mudança. Respigando ao acaso algumas obras produzidas pela historiografia inglesa, esperam-nos etiquetas e descrições como *Hierarchy and Revolt* (Holmes 1975),² “Order and Conflict” (Briggs 1985: 82), *The Age of Adversity* (Lerner 1968), *An Age of Ambition* (Du Boulay 1970), “the century of war, plague and disorder” (McDowall 1995: 43), etc. Elucidativo é também o subtítulo de um romance histórico de Barbara Tuchman: *A Distant Mirror. The Calamitous Fourteenth Century* (Tuchman 1980).

Descontando o que nesta representação possa existir ou subsistir de subjectivo ou convencional, o século XIV foi, ainda assim, dentro e fora de Inglaterra, um período de profundas tensões, convulsões e mutações de ordem demográfica, económica, social, laboral, política e religiosa; fustigado pela Peste Negra (1348-49), por insurreições

¹ Segundo Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*, 1ª Parte, esta observação de Rui Pereira, companheiro do Mestre de Avis e autor do golpe fatal no conde João Fernandes Andeiro, reporta-se a Lisboa, tendo sido feita no quadro da projectada partida do Mestre para Inglaterra (cf. Saraiva (ed.) s.d.: 200).

populares como a *Jacquerie* (1358), os *Ciompi* (1378), os *Maillotins* (1382) ou a Revolta dos Camponeses (1381), por cisões religiosas e teológicas como o Grande Cisma do Ocidente (1378-1417) e o aparecimento dos *lollards*, a partir da década de 1370.³ Longe de ser a exceção que confirma a regra, este país de brandos costumes participa dela através da chamada “crise de 1383-85”... Na impossibilidade de analisar e articular de forma funcional todos estes dados, cingir-nos-emos às insurreições de Londres (1381) e Lisboa (1383), remetendo respectivamente e desde já para trechos das antologias organizadas por R. B. Dobson (Dobson (ed.) 1986) e António José Saraiva (Saraiva (ed.) s.d.), que tomaremos como fontes primárias.⁴

Manda o respeito pela ordenação cronológica que comecemos por aludir ao contexto subjacente e conducente à revolta inglesa, de resto parcialmente aplicável ao caso português; dadas as proporções geográficas atingidas, é o que sucede, por exemplo, com a Peste Negra. Mesmo desprezando os posteriores surtos até final do século,⁵ a “grande mortandade”, designação corrente na época, terá, segundo a generalidade das estimativas que procuram suprir a inexistência de censos coevos, ceifado entre 1/3 e 1/2 da população inglesa, agravando dramaticamente a quebra demográfica registada nas primeiras décadas e desferindo um rude golpe na economia senhorial ou feudal. Com efeito, a menor

² A edição utilizada e referenciada é, porém, a tradução portuguesa de 1984.

³ Para uma cronologia mais completa, cf., por exemplo, Serrão 1985: 145-46 e Dobson (ed.) 1986: 36-38.

⁴ No caso londrino, o carácter mais rigoroso e fidedigno da *Anonimale Chronicle*, amplamente sublinhado pelo editor (Dobson (ed.), 1986: xxxiii-iv, 4, 21, 33, 101, 123, 155 e 235), leva-nos a preferi-la às demais crónicas que Dobson utiliza (as de Jean Froissart, Henry Knighton e Thomas Walsingham) e com ela formam “(...) the indispensable four gospels of the Peasants’ Revolt.” (*ibid.*: xxxi); referências a acontecimentos exteriores a Londres poderão, no entanto, levar-nos a dar a palavra, através de Dobson, a Froissart, Knighton ou Walsingham. Do mesmo modo, o natural destaque concedido, para a situação portuguesa, à 1ª Parte da *Crónica de D. João I* não dispensa o recurso ocasional, pelos enquadramentos fornecidos, a excertos das crónicas de D. Pedro e D. Fernando.

⁵ H. R. Loyn, que aponta uma periodicidade de c.11 anos nos surtos europeus, situa-os em 1362, 1374, 1383, 1389 e 1400 (Loyn (ed.) 1991: 269). Verifica-se alguma flutuação nas correspondentes datas inglesas: por

necessidade de produção de géneros alimentares ditava a redução do valor da terra *per se* e como fonte de rendimentos, lavrando a certidão de óbito da agricultura intensiva medieval e entreabrindo a porta a um fenómeno de grande incidência e longevidade na história, literatura e paisagem rural inglesas: a conversão das terras de cultivo em terrenos de pastagem, opção que a menor dependência de mão-de-obra e a projecção manufactureira e comercial da lã, quer em bruto, quer em têxtil, tornavam sensata e economicamente viável.

Não se ficavam, contudo, por aqui os efeitos da “grande mortandade”, uma vez que a redução drástica da população conferia um valor acrescido à mão-de-obra sobrevivente, ainda por cima unida num coro reivindicativo crescentemente afinado e audível ... Assim, a partir de meados do século, à contestação vilã do serviço nos domínios senhoriais e da própria existência dos estatutos de senhorio e vilanagem que, como bem pregará John Ball, não dispunham de qualquer fundamento, justificação ou sanção escritural, ⁶ somar-se-ão, entre outras, as exigências da abolição das corveias ou da sua conversão em rendas, da liberalização do mercado e das condições de trabalho e da concessão de cartas de alforria que quebrassem de vez as grilhetas que prendiam os servos à gleba. Os assalariados rurais batiam-se compreensivelmente por salários mais elevados, dadas as pressões inflacionárias a que estes se achavam sujeitos; quanto aos rendeiros e pequenos proprietários, o aumento da terra disponível *per capita* levá-los-ia a pugnar pela fixação do valor das rendas por are e abalançar-se ao aumento das suas explorações, bastando-lhes para tanto algum capital disponível para alugar ou comprar em baixa e paciência bastante para aguardar o final da

exemplo, 1360-62, 1369 e 1375 (Morgan (ed.) 1989: 187), 1361, 1368 e 1375 (Holmes 1962: 137) e 1361-62, 1369 e 1379 (Steinberg e Evans (eds.) 1974: 41). Para Portugal, cf. *infra*, nota 17.

⁶ Referimo-nos obviamente à famosa interrogação retórica “When Adam delved and Eve span, / Who was then the gentleman?”, constante do sermão pregado no dia 12 de Junho em Blackheath. Dada a inexistência, na antologia que utilizamos, de qualquer excerto da *Anonimale Chronicle* sobre este sermão, cf. o passo correspondente em Walsingham (Dobson (ed.) 1986: 374-75).

crise. Em síntese, a liberalização económica e laboral tendencialmente precipitada pela Peste Negra e na qual despontavam já a lei e a lógica da oferta e da procura ameaçava o estatismo conservantista da economia senhorial que procurava resistir, escudando-se: 1) no regresso ao serviço vilão que, nos tempos pré-epidémicos, havia sido frequentemente substituído pelo pagamento de rendas, cujo produto a classe senhorial utilizara para contratar assalariados; e 2) no combate às pressões inflacionárias sobre os salários através da sua redução ou do seu congelamento com base nos valores anteriores a 1348. Nesta tentativa, em larga medida infrutífera, de suprimir ou contornar tendências actuautes, avulta o *Statute of Labourers* (1351), ponto de encontro do interesse fundiário e do poder judicial encarregado de fazer cumprir esses valores; esta aliança, reforçada pela campanha fiscalizadora da *poll tax*, ajuda a explicar a hostilidade de que juízes e advogados serão alvo em 1381 (cf., por exemplo, Alan Harding in Hilton e Aston (eds.) 1987: 165-93). De facto, além do carácter preambular normalmente imputado à expulsão de Essex das comissões presididas pelos juízes John de Bampton e *Sir* Robert Bealknap e encarregadas de detectar e punir uma eventual evasão fiscal, a animosidade popular contra uma classe paradoxalmente vista como responsável pela instrumentalização da lei, traduzir-se-ia, entre outras formas, na destruição de registos de tribunais senhoriais (*manorial court rolls*), nos ataques praticados na zona de Temple e no homicídio à escala nacional de um número incerto de juízes e advogados.⁷

⁷ Segundo a *Anonimale Chronicle*, antes mesmo de deixarem Essex, “they (the commons) proposed to kill all the lawyers (...) they could find.” (Dobson (ed.) 1986: 125). Já em Londres, “they (...) seized all the books, rolls, and remembrances kept in the cupboards of the apprentices of the law within the Temple, carried them into the high road and burnt them there.” (*ibid.*: 157) e “(the commons) had it cried around the city that all lawyers, all the men of the Chancery and the Exchequer and everyone who could write a writ or a letter should be beheaded, wherever they could be found.” (*ibid.*: 160). Atente-se também no episódio de Bury St. Edmunds citado *infra*, nota 12, e no exemplo ligeiramente mais antigo de *Sir* Richard Willoughby, o juiz do

Convirá acrescentar que, talvez em virtude da acrescida visibilidade da Morte, muitos senhores terão aparentemente começado a encarar a doação de propriedades entretanto desvalorizadas como uma ‘apólice’ que poderiam ‘subscrever’ junto da Igreja na tentativa desesperada (e só Deus sabe se conseguida...) de, antecipando e aumentando a ‘franquia’, ‘segurar’ no terreno tempo útil dos humanos a salvação eterna. Além da circunstância significativa de uma bandeira agitada por Wat Tyler e pela mão invisível de John Ball ser precisamente a expropriação das terras da Igreja,⁸ o seu crescimento enquanto senhoria, com os inerentes perigos de corrupção material, espiritual e moral, revelar-se-á, na segunda metade do século XIV, um filão abundantemente explorado por toda uma literatura alegórica, didáctica ou satírica, onde soam aqui e além notas anticlericais; a própria percepção das alianças, das motivações e dos interesses seculares que, no decurso do Grande Cisma, rondavam e sustinham a instituição pontifícia em nada contribuía para desfazer tais sentimentos, credibilizando o trono e o sucessor de Pedro.

Na esfera política, merece finalmente destaque o reinício das hostilidades com a França (1369) no âmbito da Guerra dos Cem Anos que, como todas as guerras, não só afectava de modo adverso as relações económicas e comerciais exteriores como exigia esse acrescido esforço de financiamento a que a *poll tax*, cobrada em 1377, 1379 e 1380, procurará responder. Por essa altura, a avalização e concessão desse financiamento estariam já nas mãos de uma Câmara dos Comuns descontente, no plano interno, com a má

King's Bench raptado pelos Folville em 1332, “(...) who was said to have sold the laws of England as if they were cows or oxen.” (Saul 1983: 150).

⁸ “He (Tyler) also asked that the goods of Holy Church should not remain in the hands of the religious, nor of parsons and vicars, and other churchmen; but that clergy already in possession should have a sufficient sustenance and the rest of their goods should be divided among the people of the parish. And he demanded that there should be only one bishop in England and only one prelate, and all the lands and tenements of the possessioners should be taken from them and divided among the commons, only reserving for them a

administração, por senilidade ou incúria, de Edward III (1327-77), prolongada na actuação regencial de John of Gaunt, Duque de Lancaster,⁹ e, no plano externo, com a vulnerabilidade militar em França e na própria Mancha, contribuindo para um gesto de afirmação institucional e ousadia política sem precedentes: a impugnação de ministros, conselheiros e apoios financeiros da Coroa pelo *Good Parliament* (1376). No sugestivo dizer de George Holmes, “the English magnates, disputing for influence at court and command of military expeditions, were playing on top of a minor volcano and they were lucky to escape an eruption.” (Holmes 1962: 184).¹⁰

Não obstante o protagonismo de Londres na erupção de 1381, compreensível na qualidade de capital do reino e sede do poder político, deve sublinhar-se a importância da região do Sueste e dos condados de Essex e Kent, já que deles irradiam os principais contingentes de revoltosos que convergem para Londres; como é sabido, a interpretação histórica da proveniência geográfica tem frequentemente articulado o valor e a aptidão agrícolas do SE inglês com uma melhor condição socioeconómica das suas populações e o desenvolvimento precoce de interesses e sentimentos de identidade e consciência de classe (McDowall 1995: 48). Isto não significa que a vaga insurreccional, espreado-se pelo Centro e Norte de Inglaterra, não tenha assumido em cada sítio uma coloração local, do conflito em St. Albans entre o abade beneditino Thomas de la Mare e William Grindcobbe,

reasonable sustenance.” (Dobson (ed.) 1986: 164-65). Também nas cortes portuguesas de 1352 e 1361 foram avançadas queixas contra o aumento galopante dos bens da Igreja.

⁹ Embora a auto-proclamada maioria de Richard II (1377-99) e a consequente assumpção do poder se verifiquem apenas em 1389, optou-se por situar o termo da regência de Gaunt em 1386, ano em que os seus desígnios castelhanos o trarão à Península Ibérica.

¹⁰ Nesta contagem decrescente em direcção a 1381, teria cabimento lembrar outras realidades tidas por opressivas como a existência do estatuto de proscricção (“(...) and he (Tyler) asked that (...) henceforward there should be no outlawry (*ughtelarie*) in any process of law (...)”, Dobson (ed.) 1986: 164), visando esticar por via administrativa a eficácia ou operacionalidade de uma lei cujo braço se revelava amiúde demasiado curto. Em termos de um passado recente e por acender, afinal, o rastilho da revolta, impõe-se, contudo, uma

¹¹ ao assassinato, em Bury St. Edmunds, do prior John de Cambridge e do juiz *Sir John Cavendish* ¹² ou à animosidade dos burgueses de Cambridge contra a Universidade (*ibid.*: 239-42), “(...) the occasion for working off old grudges between town and gown.” (McKisack 1971: 420).

Confrontando o cenário londrino desse final de Primavera-início de Verão de 1381 com o seu equivalente lisboeta de final de Outono-início de Inverno de 1383, não será difícil descortinar algumas analogias de fundo e de forma. Com efeito, o papel igualmente nuclear da capital portuguesa sobressai com multissecular nitidez na 1ª Parte da *Crónica de D. João I* (Saraiva (ed.) s.d.: 163-94), mesmo se a Lisboa de 1383, ao contrário da Londres de 1381, funciona menos como um íman que polariza ou concentra a guarda avançada da revolta e mais como matriz e detonador das insurreições no Porto (*ibid.*: 226-28), em Santarém (*ibid.*: 155-58), Estremoz (*ibid.*: 215-16 e 220-21), Portalegre (*ibid.*: 220) Évora (*ibid.*: 221-23), Elvas (*ibid.*: 158-60) ou Beja (*ibid.*: 215-19), evocadas com admiração e comprazimento evidentes por Fernão Lopes. ¹³ Do ponto de vista das causas ou motivações e dos objectivos, o caso inglês assenta, como vimos, num vasto leque de queixas e reivindicações de natureza económica, social, judicial e política, enquanto o confronto português se joga sobretudo no terreno político da sucessão fernandina (Outubro de 1383), abarcando a solução consignada no tratado de Elvas (1382-83) que, preservando embora a

chamada de atenção especial para a *poll tax*, ressuscitada para financiar uma guerra cuja condução era, como se disse, generalizadamente tida por desastrosa.

¹¹ Apesar da natureza comprometida do relato de Walsingham, ele próprio um monge de St. Albans, cf. excertos transcritos in Dobson (ed.) 1986: 269-77.

¹² “(...) and they (the peasants) put the prior’s head next to the justice’s, now to his ear as if seeking advice, now to this mouth as though showing friendship, wishing in this way to make a mock of the friendship and counsel which had been between them during their lives.” (J. R. Maddicott *apud* Saul 1983: 207); cf. excertos transcritos in Dobson (ed.), 1986: 236 e 244-45.

¹³ “Era maravilha ver que tanto ânimo incutia Deus neles e tanta cobardia nos outros que os castelos que os antigos reis, jazendo sobre eles por longos tempos, por força de armas não podiam tomar, os povos miúdos,

independência e soberania nacionais, poderia colocar o país na órbita política de Castela; a “aleivosa” regência de Leonor Teles, figura recentemente objecto de um romance (Ferreira 1998); a proclamação e aclamação de D. Beatriz como rainha de Portugal e a perspectiva de novas guerras luso-castelhanas, caso estas manifestações não tivessem lugar ou não fossem (como viriam a não ser...) universalmente pacíficas.¹⁴

A dimensão acentuada e, a nosso ver, prioritariamente política do levantamento de Lisboa e dos surtos subsequentes explica a apresentação, no mínimo implícita em Fernão Lopes, do patriotismo como a linha divisória entre ‘verdadeiros portugueses’ (os apoiantes do Mestre) e ‘cismáticos castelhanos’ (os apoiantes de D. Leonor, D. Beatriz e João I de Castela).¹⁵ Como se lê em obra coordenada por José Mattoso:

“Toda a *Crónica de D. João I* respira esse sentimento emergente. E vê-se que é um sentimento eminentemente popular, (...) gerado e desenvolvido no seio do terceiro estado. O clero, ‘classe supranacional’ pelos seus altos representantes, e a nobreza, tradicionalmente internacionalizada por casamentos e ‘dívidos’, não estariam psicologicamente preparados para se deixar invadir por sentimentos de puro patriotismo. Com o povo (...) era diferente. É que o sentimento de nacionalidade e de patriotismo é gerado por efeito de oposição a um estrangeiro, (...) quando guerras e invasões põem em perigo a ‘nossa’ terra, a ‘nossa’ gente, a ‘nossa’ história. A identidade nasce do confronto; o

mal armados e sem capitão, com os ventres ao sol, antes de meio dia os tomavam à força.” (Saraiva (ed.) s.d.: 220).

¹⁴ O papel central e pioneiro de Lisboa transparece, por exemplo, do seguinte passo da *Crónica de D. Fernando*: “Os que tinham ido à Rua Nova saber o que é que diziam os da cidade sobre aquele levar de pendão, voltaram contando que tinham visto tanto alvoroço nas gentes que os aconselhavam a não irem mais por diante, porque lhes parecia que se lá fosse nunca de lá voltariam, nem eles nem o pendão.” (*ibid.*: 155).

¹⁵ “Destá maneira que tendes ouvido se levantaram os povos noutros lugares, havendo grande cisma e divisão entre os grandes e os pequenos. (...) Os grandes, (...) escarnecendo dos pequenos, chamavam-lhes ‘povo do Messias de Lisboa’ (...). E os pequenos aos grandes (...) chamavam-lhes ‘traidores cismáticos’, que seguiam o partido dos Castelhanos para darem o Reino a quem não pertencia.” (*ibid.*: 219-20); “(...) embora o amor da terra e a afeição natural constringesse muitos fidalgos e alcaldes a estarem por Portugal e não por Castela, outros porém havia que usando de cobiça misturada com intenção malévolá, e alguns com receio e temor de perderem suas honrarias, e mais ainda, com desejo de ganharem outras maiores, escolheram o contrário. De tal modo que foi o Reino dividido em si mesmo, e partido em duas partes. E muito poucos lugares e fidalgos tomaram voz pelo Mestre e o quiseram ajudar, dando-se a maior parte a el-rei de Castela e obedecendo ao seu mandado.” (*ibid.*: 233); “E posto que os ricos e poderosos, tanto alcaldes dos castelos como outros fidalgos, tivessem voz por el-rei de Castela, os povos, porém, todos em seus corações eram contra ele e contra a rainha.” (*ibid.*: 234).

‘nós’, tal como o ‘eu’, introjecta-se a partir da experiência do ‘outro’.” (Mattoso (dir.) 1993: II, 367).

Esta linha, real ou imaginária, que o patriotismo desenha na identidade individual e colectiva pode talvez aproximar-se daquela que opõe duas mentalidades ou concepções de lealdade (uma nacional, em ascensão, e outra feudal, em declínio), traçada pela pena vigorosa e empenhada de António José Saraiva.¹⁶ Por detrás dos lances de 1383 estão, no entanto e também, circunstâncias semelhantes às que evocámos para Inglaterra e que por certo provêm de um contexto europeu em larga medida comum.

Em primeiro lugar, além das perdas humanas de impossível contabilização, também a passagem da Peste Negra por terras lusitanas¹⁷ viria a semear a crise na nossa agricultura, despoletando um processo de abandono e desertificação dos campos (cenário que D. Fernando procurará combater em 1375 através da chamada “Lei das Sesmarias”, sumariada por Fernão Lopes na crónica relativa ao monarca (Saraiva (ed.) s.d.: 93-98) e peça fundamental da sua “política de fixação”, na expressão de António Sérgio) (Sérgio 1977), e um crescimento urbano onde começa a ser possível vislumbrar um proletariado não especializado e por isso mesmo confrontado com a possibilidade virtual e real do desemprego.¹⁸ Para os que permaneciam no campo, alguns dos problemas e das situações existentes na Inglaterra da segunda metade do século XIV verificam-se igualmente entre

¹⁶ “Era possível ver na insurreição de Lisboa um atentado criminoso contra a ordem social legítima e sagrada (ponto de vista feudal), ou, pelo contrário, um movimento justo contra a opressão dos privilegiados, que se alimentavam da substância dos oprimidos (ponto de vista das classes revolucionárias).” (Saraiva 1979: II, 226). Para o mesmo autor, “a eleição em cortes de D. João I, contra o direito feudal, criara um precedente; o direito novo era imposto pela força efectiva dos povos do Reino.” (*ibid.*: 216).

¹⁷ Surtos em 1356, 1361-63, 1374, 1383-85, 1389 e 1400 (Mattoso (dir.) 1993: II, 342).

¹⁸ Oliveira Marques apresenta implicitamente este quadro como responsável pela agitação lisboeta de 1371 (Marques 1974: I, 157), acrescentando que já a pragmática de 1340 “(...) revelava certa inquietação no seio

nós como, por exemplo, a contenção salarial, objecto de sucessivos diplomas entre 1349 e 1401 (Marques 1974: I, 157-58) e agravada pela desvalorização ou “quebra” de moeda operada por D. Fernando em 1369 (*ibid.*: 161). Mesmo o reinício, nesse mesmo ano, da despesista guerra anglo-francesa encontra por cá alguma correspondência noutras guerras que nela, afinal, a vários títulos se enquadram: as guerras fernandinas com Castela (1369-71, 1372-73 e 1381-82), também elas pouco felizes nos planos militar e político, marcadas por constantes oscilações no xadrez das alianças, como se o sangue vertido nas batalhas coagulasse no lacre dos tratados, e os casamentos reais mais não fossem do que diplomáticas moedas de troca. Estes dois pares beligerantes (Inglaterra / França e Portugal / Castela) viriam, de resto, a unir-se mercê das pretensões de Gaunt ao trono de Henrique de Trastâmara (Henrique II, 1369-79), pretensões essas que, secundadas pelo ex-candidato D. Fernando, se revelariam determinantes para a celebração dos tratados de Tagilde (1372), Westminster (1373) e Windsor (1386), a consagração da independência portuguesa e da soberania de Avis (1385) e o casamento do novo rei com Philippa (1387), filha do próprio John of Gaunt.

Embora não seja obviamente possível estabelecer uma homologia perfeita entre a existência, na Inglaterra de 1381, de um rei menor (Richard II) e a inexistência, no Portugal dos finais de 1383, de qualquer rei, estas duas situações, iniludivelmente distintas, acham-se de alguma forma irmanadas pela figura do regente: em Inglaterra, John of Gaunt, cujos interesses se estendem, como vimos, à Península Ibérica e cujo poderio, apoiado por parte substancial da mais alta nobreza, quase fará do ducado, no último quartel do século XIV, um ‘Estado dentro do Estado’, prenunciando a já próxima fundação da dinastia lencastrense

das classes inferiores, expressa pela ruptura da estabilidade feudal e pelo surto de um proletariado móvel.“

(1399); em Portugal, Leonor Teles, cuja causa (a proclamação de D. Beatriz e João I de Castela reis de Portugal) concita igualmente o apoio maioritário da alta nobreza da época.

Este paralelo entre Gaunt e Leonor é estreitado pela hostilidade que lhes movem largas camadas da população não-nobre que, por razões naturalmente diversas, a ambos encara como os principais responsáveis pela situação política e por quanto nesse capítulo corre menos bem.¹⁹ No plano dos actos, confronte-se, por exemplo, o dantesco incêndio do *Savoy*, o palácio londrino de Gaunt,²⁰ com o propósito, não concretizado, de incendiar os paços da Rainha.²¹ Mais do que uma tentativa bem intencionada de purificar pelo fogo as carreiras políticas de ambos, estamos perante uma eloquente ilustração da ira popular contra círculos e personalidades conotados com a mais alta administração central. Esse sentimento, agravado pelo desempenho eclesiástico de importantes funções seculares,

(*ibid.*: 155).

¹⁹ “At this time the commons of southern England suddenly rose (...). They directed their evil actions against the duke of Lancaster and the other lords of the realm (...).” (Dobson (ed.) 1986: 123); “As the king (...) would not come to them, the commons of Kent sent him a petition asking him to grant them the heads of the duke of Lancaster and fifteen other lords (...).” (*ibid.*: 130); cf. também nota seguinte. Quanto à má vontade contra Leonor Teles, ela data praticamente do enamoramento de D. Fernando (Saraiva (ed.) s.d.: 75 ss.), mas tomemos como exemplo o excerto que antecede a narração da partida de Leonor para Alenquer: “Movida tal discórdia por parte do povo, (...) foi a rainha posta em grandes pensamentos com mistura de temor. Porque ela (...) receava os moradores da cidade que sabia que diziam muito mal dela, tanto homens como mulheres. Desta forma não sabia que jeito havia de ter para segurar a sua vida e honra. E pensando sobre isto muitas e contraditórias cousas entendeu que a melhor e mais segura que na ocasião podia fazer, era partir-se da cidade para outro lugar (...).” (*ibid.*: 193).

²⁰ “(...) At last they (the commons) came before the Savoy, broke open the gates, entered the place and came to the wardrobe. They took all the torches they could find, and lighted them, and burnt all the cloths, coverlets and beds, as well as all the very valuable head-boards (...). All the napery and other goods they could discover they carried into the hall and set on fire with their torches. They burnt the hall and the chambers as well as all the apartments within the gates of the said palace or manor, which the commons of London had left unguarded. It is said that they found three barrels of gunpowder, and thinking it was gold or silver, they threw them into the fire so that the powder exploded and set the hall in a greater blaze than before, to the great loss and damage of the duke of Lancaster. And the commons of Kent received the blame for this arson, but some said that the Londoners were really guilty of the deed, because of their hatred for the said duke.” (Dobson (ed.) 1986: 157).

²¹ “(...) perguntando uns aos outros quem matava o Mestre, não faltava quem respondesse que o matava o conde João Fernandes, por mandado da rainha. (...) Alguns bradavam por lenha e que viesse lume para porem fogo aos Paços e queimarem o traidor e a alevosa. (...) E não somente era isto à porta dos paços, mas ainda em redor deles, por onde quer queoubessem homens e mulheres. Umavinhavam com feixes de lenha, outras

explica também os assassinatos do Tesoureiro, *Sir Robert Hales*,²² e de Simon Sudbury, Chanceler e Arcebispo de Canterbury, i.e., Primaz da Igreja em Inglaterra;²³ ora, pese embora a diversidade de motivos, também em Portugal as vestes religiosas não lograram evitar os homicídios do Bispo castelhano de Lisboa, D. Martinho, do prior de Guimarães²⁴ e da abadessa do Convento de S. Bento, em Évora.²⁵

Se em contrapartida tentarmos identificar os polarizadores da esperança dos revoltosos, em Inglaterra ele é, sem dúvida, o jovem Richard II; talvez por ser (o) rei, mas talvez também (ou até sobretudo) porque as rédeas do poder iniquamente exercido por outrem lhe deixam ainda impolutas as mãos.²⁶ Explorando, deliberadamente ou não, a dimensão mí(s)tica da realeza propagada, entre outros factores,²⁷ pelas crenças e práticas

traziam carqueja para acender o fogo, pensando queimar com ela o muro dos paços, dizendo muitos doestos contra a rainha.” (Saraiva (ed.) s.d.: 180).

²² Hales era também Grão-Mestre da Ordem Militar dos Cavaleiros de S. João (Loyn (ed.) 1991: 259), mais conhecida como Ordem dos Hospitalários ou do Hospital, antepassada da Ordem de Malta. Os ataques às propriedades de Highbury, nos arredores de Londres, e Cressing Temple, Essex (Dobson (ed.) 1986: 156 e 125) atestam a impopularidade da figura.

²³ “Meanwhile the archbishop had sung his mass devoutly in the Tower, and confessed the prior of the Hospital of Clerkenwell and others; (...) and when he was at the words ‘Omnes sancti orate pro nobis’, the commons entered and dragged him out of the chapel (...), and struck and hustled him roughly, as they did also the others who were with him, and led them to Tower Hill. There they cut off the heads of Master Simon of Sudbury (...), of Sir Robert Hales (...), of Brother William of Appleton, a great physician and surgeon, (...) who had much influence with the king and the duke of Lancaster.” (Dobson (ed.) 1986: 161-62).

²⁴ “(...) logo o bispo foi morto com golpes e atirado à pressa abaixo, onde lhe foram dados outros muitos golpes (...) que sua carne já pouco sentia. (...) Semelhantemente foi atirado abaixo aquele prior de Guimarães (...). O coitado do tabelião, que tinha tão pouca culpa como os outros, começaram a trazê-lo para baixo e a insultá-lo e empuxá-lo (...). Começaram a dar-lhe punhadas. Depois feriram-no e mataram-no.” (Saraiva (ed.) s.d.: 184).

²⁵ “(...) sem nenhum respeito pelo Senhor, (...) (estes homens) tiraram-lhe a copa das mãos e puxaram-na para fora do tesouro. E levando-a assim pela Sé, (...) atirou-se um deles a ela brutalmente e levou-lhe o manto e as toucas (...). E indo mais adiante, antes de chegarem à porta principal atirou-se outro homem a ela e cortou-lhe as fraldas de todos os vestidos (...). E assim a arrastaram para fora da Sé desonrosamente, e a levaram (...) até à Praça. Aqui deu-lhe um deles uma cutilada pela cabeça, de que ela caiu logo morta em terra, e os outros a seguir começaram a acutilá-la cada um como queria.” (*ibid.*: 225).

²⁶ Sublinhe-se a reiterada apresentação e justificação da revolta, por parte dos rebeldes, como uma tentativa de salvar Richard dos traidores que o rodeavam, lesando o país e as leis (Dobson (ed.) 1986: 127, 128-29 e 161), bem como a senha “(...) ‘With whom haldes yow?’, to which the reply was, ‘Wyth kynge Richarde and wyth the trew communes’; (...)” (*ibid.*: 130).

²⁷ “In the fourteenth century the English kings also acquired a miraculous oil said to have been given by the Virgin Mary to Thomas Becket (...). This was ‘found’ during the reign of Edward II, rediscovered by Richard

taumaturgicas, a intervenção de Richard em Smithfield permitirá, não obstante o potencialmente explosivo assassinato de Tyler, aplacar a ira dos revoltosos e conseguir a sua desmobilização (Dobson (ed.) 1986: 163-68). Esta inatacabilidade pessoal do moço rei, conjugada com as codificações politico-ideológicas inerentes ao lugar e à função institucionais que preenche, determina a reacção popular aos compromissos de 15 de Junho, confiadamente aceites pelos mesmos homens que, vítimas do benefício da dúvida ou do malefício da crença, a contra-reacção régia perseguirá a partir do final desse mês.²⁸

No caso do Interregno, a inequívoca identificação do Mestre como pólo personificado(r) das esperanças portuguesas, consubstanciada na sua proclamação como Regedor e Defensor do Reino (Saraiva (ed.) s.d.: 209) e no irónico cognome de “Messias de Lisboa”,²⁹ não deve fazer-nos esquecer a sua secundarização inicial, quer se pense nas diligências de Álvaro Pais junto de D. João Afonso Telo, Conde de Barcelos (Saraiva (ed.) s.d.: 164-65), ou nos infantes D. João e D. Dinis, nascidos dos desvairados amores de D. Pedro e D. Inês (*ibid.*: 155, 157-58, 189 e 198). Se o protagonismo esperado do Conde seria por este endossado ao próprio Mestre, o episódio de D. Maria Teles, a fuga do Infante homicida para Castela e sobretudo a convincente argumentação de João das Regras nas Cortes de Coimbra (1385) encarregar-se-iam de esvaziar a candidatura dos infantes, quando a consumação do golpe palaciano gizado por um respeitável burguês e executado por um nobre bastardo algo reticente ou hesitante (*ibid.*: 165-81) incendiara há muito a arraia miúda. A bem dessa razão política onde começa a bater e a pesar o coração das comunidades não-

II, used for the first time at the coronation of Henry IV in 1399 and apparently for all sovereigns thereafter down to James I.” (Brown 1989: 6).

²⁸ A revogação ricardina das liberdades e garantias concedidas e a perseguição movida aos cabecilhas evocam duas atitudes de D. Fernando no âmbito do anunciado casamento com Leonor Teles: a anuência e o não comparecimento ao encontro no adro do Mosteiro de S. Domingos, pedido pelos mesterais liderados por Fernão Vasques, e a sua posterior perseguição (Saraiva (ed.) s.d.: 77-81).

nobres, o famoso SOS de Álvaro Pais (*ibid.*: 179) mais não faz, afinal, do que diluir, de forma tão intencional quanto eficaz, a condição bastarda do Mestre na invocação da paternidade de um rei capaz de singulares sintonias com o povo comum.

É igualmente possível aproximar as sublevações de 1381 e 1383 à luz do que os historiadores, sociólogos, jornalistas e analistas políticos comumente designam de “base social de apoio”. No tocante a Inglaterra, a preponderância dos ‘camponeses’, que se verte, aliás, na designação enganadoramente homogénea (e, portanto, redutora) do movimento, não evita que à sua sombra se tenham reunido estratos e interesses económicos, sociais e profissionais heterogéneos; mesmo quedando-nos por Londres, conforme nos propusemos, os ‘cidadinos’ que abriram aos ‘camponeses’ as portas, praças e ruas da cidade tê-lo-ão feito movidos por causas e objectivos pontualmente distintos.³⁰ Se elegêssemos horizontes geográficos mais vastos, nas estradas da História que em 1381 se fez, cruzar-nos-íamos não só com camponeses e cidadãos, mas com vilãos e homens livres, artesãos e burgueses, assalariados, rendeiros e pequenos proprietários, talvez mesmo um ou outro elemento da *gentry* como Sir Roger Bacon, aliado de Geoffrey Litster, o auto-proclamado *King of the Commons*.³¹

Ano e meio mais tarde, nesse final de Outono em Lisboa, o protagonismo de Álvaro Pais, “(...) homem honrado e de boa fazenda (...)” (Saraiva (ed.) s.d: 163) e antigo chanceler

²⁹ Cf. *supra*, nota 15 e estudo de Margarida Garcez Ventura, 1992.

³⁰ A referência de May McKisack à “(...) widespread sympathy for the rebels among the lower elements in the city (...)” (McKisack 1971: 409) não impede a historiadora de frisar: “Some of the urban riots clearly arose from a movement of the poorer elements in the town against the rich burgesses who composed the governing body; it is evident that there was much disaffection of this kind in London.” (*ibid.*: 420). Vários municípios londrinos seriam acusados de cumplicidade com a revolta, admitindo-se, no entanto, que essas acusações tenham partido de opositores políticos a nível local (Dobson (ed.) 1986: 9 e 212-26).

³¹ “(...) dissatisfaction with the government may well afford partial explanation of the support given to the Rising by members of the landowning classes in Norfolk and elsewhere.” (McKisack 1971: 422). Sobre Litster, cf. *ibid.*: 417-18 e 420 e Dobson (ed.) 1986: 24 e 256-61. Segundo o mesmo Dobson, “(...) members

de D. Pedro e D. Fernando, leva-nos desde logo a sublinhar o papel da burguesia; neste caso, não tanto a burguesia dos negócios, mas a burguesia dos serviços e da administração pública,³² nem por isso alheada ou distante dos povos que pulsam nesta Lisboa de outras eras³³ e que, rendidos à mestria narrativa de Lopes, ainda hoje “esguardamos como se fôramos presentes”. Dos comerciantes aos armadores, dos mercadores aos marinheiros, dos jornaleiros aos mesteirais e à arraia miúda (nalgumas localidades, ela própria encabeçaria o movimento insurreccional),³⁴ provar-se-ia certa a convicção, confiadamente assumida por Álvaro Pais (Saraiva (ed.) s.d.: 167), de que atrás do Mestre e de si viria todo o bom povo de Lisboa.

of the county gentry (...) often seized the opportunity of the great rising to pay off local scores and to seek violent and illegal resolution of pre-existing feuds and vendettas.” (*ibid.*: xxv; cf. também *ibid.*: 16).

³² “No contexto, a palavra (burgueses) refere habitantes do burgo representativos e notáveis, elite local distinguida pela riqueza, prestígio e exercício do poder municipal.” (Mattoso (dir.) 1993: II, 408). Para Joel Serrão, Álvaro Pais “(...) não era um burguês, no sentido económico-social do termo, mas um funcionário oriundo das classes populares, a quem D. Fernando, em paga do seus bons serviços, dera *honra e acrescentamento*.” (Serrão (dir.) 1981: III, 338).

³³ “Nos sécs. XIV e XV o povo urbano não é mais uma ordem. É um aglomerado de estados-ofícios/profissões que critérios de riqueza-prestígio-poder, formalmente idênticos mas objectivamente diferentes conforme os lugares, dividem em grupos mais ou menos demarcados: os ‘homens-bons’, ou burgueses – uma classe; os mesteirais – um estado socioprofissional; e os braceiros e serviçais – ralé sociologicamente indefinida.” (Mattoso (dir.) 1993: II, 422-23).

³⁴ Alguns dos exemplos referenciados *supra* ilustram a oposição pontual da arraia-miúda aos homens bons das vilas, das cidades e dos concelhos. Para uma leitura ou interpretação social da crise de 1383-85, demasiado complexa para ser aqui escarpelizada e, de qualquer modo, exterior ao âmbito que definimos para este estudo, cf. os registos, ainda estimulantes e fecundos, da polémica travada entre António Sérgio e Joel Serrão (Sérgio 1980: 1-10 e 121-60 e Serrão 1976).

Bibliografia selectiva (referências e sugestões)

A) Geral:

DUBY, Georges, *A Europa na Idade Média*, Lisboa, Editorial Teorema, “Teorema”, nº 13, 1989 (*L’ Europe au Moyen Âge*, Paris, Flammarion, 1981).

FERREIRA, Seomara da Veiga, *Leonor Teles ou o Canto da Salamandra*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

HOLMES, George, *A Europa na Idade Média: 1320-1450. Hierarquia e Revolta*. Lisboa, Editorial Presença, “Biblioteca de Textos Universitários”, nº 66, 1984 (*Europe: Hierarchy and Revolt*, London, William Collins Sons & Co., 1975).

LOYN, H. R. (ed.), *The Middle Ages. A Concise Encyclopaedia*, London, Thames and Hudson Ltd., 1991 (1989).

MULLETT, Michael, *Popular Culture and Popular Protest in Late Medieval and Early Modern Europe*, London/New York/Sydney, Croom Helm, 1987.

TUCHMAN, Barbara W., *A Distant Mirror. The Calamitous Fourteenth Century*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd., 1980 (Alfred A. Knopf, Inc., 1978).

B) Específica:

B.1.) 1381:

Primária:

DOBSON, R. B. (ed.), *The Peasants’ Revolt of 1381*, 2nd. ed., London and Basingstoke, The Macmillan Press Ltd., “History in Depth”, 1986 (1970).

Secundária:

BAGLEY, J. J., *Historical Interpretation. Sources of English Medieval History, 1066-1540*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd., 1965.

BRIGGS, Asa, *A Social History of England*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd., 1985 (London, Weidenfeld & Nicolson, 1983).

BROWN, A. L., *The Governance of Late Medieval England, 1272-1471*, London, Edward Arnold, "The Governance of England", 3, 1989.

DU BOULAY, F. R. H., *An Age of Ambition. English Society in the Late Middle Ages*, London, Thomas Nelson and Sons Ltd., 1970.

FRYDE, E. B., *The Great Revolt of 1381*, London, The Historical Association, "General Series", no. 100, 1981.

GOTTFRIED, Robert S., *The Black Death. Natural and Human Disaster in Medieval Europe*, London, Robert Hale, s.d. (The Free Press, 1983).

HARRISON, G. F. C., *The Common People. A History from the Norman Conquest to the Present*, s.l., Fontana Press, 1989 (1984).

HILTON, R. H., *The Decline of Serfdom in Medieval England*, 2nd. ed., London and Basingstoke, The Macmillan Press Ltd., "Studies in Economic and Social History", 1983 (The Economic History Society, 1969).

----- e ASTON, T. H. (eds.), *The English Rising of 1381*, Cambridge, Cambridge University Press, "Past and Present Publications", 1987 (The Past and Present Society, 1984).

HILTON, Rodney, *Bond Men Made Free. Medieval Peasant Movements and the English Rising of 1381*, London and New York, Methuen & Co., "University Paperbacks", no. 575, 1982 (London, Maurice Temple Smith Ltd., 1973).

HOLMES, George, *The Later Middle Ages, 1272-1485*, London and Edinburgh, Thomas Nelson and Sons Ltd., "A History of Britain", 3, 1962.

KEEN, M. H., *England in the Later Middle Ages. A Political History*, London and New York, Methuen & Co., "University Paperbacks", no. 569, 1986 (1973).

LERNER, Robert E., *The Age of Adversity. The Fourteenth Century*, Ithaca, New York, Cornell University Press, "The Development of Western Civilization", 1968.

McDOWALL, David, *An Illustrated History of England*, Harlow, Longman, 1995 (1989).

McKISACK, May, *The Fourteenth Century, 1307-1399*, Oxford, at the Clarendon Press, "The Oxford History of England", V, 1971 (1959).

MORGAN, Kenneth O. (ed.), *The Oxford Illustrated History of England*, Oxford and New York, Oxford University Press, 1989 (1984).

MYERS, A. R., *England in the Late Middle Ages*, Harmondsworth, Penguin Books, "The Pelican History of England", 4, 1969a (1952).

----- (ed.), *English Historical Documents, 1327-1485*, London, Eyre and Spottiswoode, "English Historical Documents", IV, 1969b.

POSTAN, M. M. *The Medieval Economy and Society. An Economic History of Britain in the Middle Ages*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd., "The Pelican Economic History of Britain", I, 1984 (London, Weidenfeld and Nicolson, 1972).

SAUL, Nigel, *The Batsford Companion to Medieval England*, London, Batsford Academic and Educational, 1983.

STEINBERG, S. H. e EVANS, I. H. (eds.), *Steinberg's Dictionary of British History*, 2nd. ed., London, The Book Club Associates, 1974 (Edward Arnold, 1963).

TREVELYAN, G. M., *A Shortened History of England*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd., 1985 (*History of England*, New York, Longmans, Green & Co., 1942).

WARREN, W. L., "The Peasants' Revolt of 1381" in C. M. D. Crowder (ed.), *English Society and Government in the Fifteenth Century. A Selection of Articles from 'History Today'*, Edinburgh, Oliver & Boyd, 1967, pp. 41-70 (*History Today*, XII (1962), pp. 845-53, e XIII (1963), pp. 44-51).

ZIEGLER, Philip, *The Black Death*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd., 1984 (London, Collins, 1969).

B.2.) 1383:

Primária:

SARAIVA, António José (ed.), *As Crónicas de Fernão Lopes. Crónica de El-Rei D. Pedro. Crónica de El-Rei D. Fernando. Crónica de El-Rei D. João, seleccionadas e transpostas em português moderno*, Queluz de Baixo, Portugália Editora, "Antologias Universais", s.d.

Secundária:

AMADO, Teresa, *Fernão Lopes Contador de História. Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Editorial Estampa, "Imprensa Universitária", nº 88, 1991.

BEIRANTE, Maria Ângela, *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte, “Horizonte Histórico”, nº 4, 1984.

COELHO, António Borges, *A Revolução de 1383. Tentativa de Caracterização*, 3ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Seara Nova, “Seara Nova”, nº 20, 1977 (Portugália Editora, “Portugália”, série História, nº 2, 1965).

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, 4ª ed., Lisboa, Palas Editores, I, 1974 (1972).

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 2, *A Monarquia Feudal, 1096-1480*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

PASSOS, Mª Lúcia Perrone de Faro, *O Herói na Crónica de D. João I*, Lisboa, Prelo Editora, “Estudos e Ensaios”, nº 1, 1974.

REBELO, Luís de Sousa, *A Conceção do Poder em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte, “Horizonte Histórico”, nº 2, 1983.

RODRIGUES, Graça Almeida, *Cinco Autores Históricos. Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, João de Barros e Damião de Góis*, Lisboa, Editorial Presença, “Biblioteca de Textos Universitários”, nº 28, 1979.

SARAIVA, António José, “Fernão Lopes” in *Para a História da Cultura em Portugal*, 4ª ed., Amadora, Livraria Bertrand, II, 1979, pp. 209-34 (1946).

SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, 3ª ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, “Biblioteca da História”, nº 9, 1993 (*História Concisa de Portugal*, “Saber”, nº 123, 1978).

SÉRGIO, António, “As duas políticas nacionais” in *Ensaios*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, “António Sérgio - Obras Completas”, II, 1977, pp. 63-93 (1972).

-----, “Sobre a revolução de 1383-1385” in *Ensaios*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, “António Sérgio - Obras Completas”, VI, 1980, pp. 1-10 e 121-60 (Editorial Inquérito, 1946).

SERRÃO, Joel, *O Carácter Social da Revolução de 1383*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, “Horizonte Histórico”, nº 34, 1976 (Seara Nova, 1946).

----- (dir.), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, III, 1981.

VENTURA, Margarida Garcez, *O Messias de Lisboa. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415)*, Lisboa, Edições Cosmos, “Cosmos História”, nº 2, 1992.